

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 12/2003 de 13 de Fevereiro

Considerando que a Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, emitiu alvará de loteamento de um prédio sito à Lombinha, freguesia de Água D'Alto, concelho de Vila Franca do Campo, destinado a auto construção e realojamentos;

Considerando que, por força do referido alvará de loteamento, foi integrado no domínio público da Região uma área de 6.875,60 m², destinada a zonas verdes;

Considerando que a Irmandade do Império dos Inocentes, da freguesia de Água D'Alto, solicitou a cedência de uma parcela de terreno, com área de 210 m², a desanexar da área integrada no domínio público por via do referido loteamento, destinada à construção de um Triatro para o Império dos Inocentes e de um Centro de Convívio de Idosos;

Considerando o parecer favorável da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, quanto à pretensão da Irmandade do Império dos Inocentes e a existência de parcerias para financiamento deste projecto com a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo;

Considerando que, nesta data, a Região Autónoma dos Açores e a Câmara Municipal da Vila Franca são os únicos titulares dos lotes que constituem o loteamento já mencionado;

Considerando, por último, a utilidade e o interesse públicos subjacentes à pretensão da Irmandade do Império dos Inocentes.

Assim, nos termos das alíneas b) e z) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional resolve o seguinte:

1. Autorizar a concessão, a título gratuito, de uso privativo do domínio público, com poderes de transformação, pelo prazo de vinte anos, renovável por iguais períodos, de uma parcela de terreno com área de 210 m², sita ao loteamento da Lombinha, freguesia de Água D'Alto, concelho de Vila Franca do Campo, à Irmandade do Império dos Inocentes daquela freguesia, destinada a construção de um Triatro para o Império dos Inocentes e de um Centro de Convívio de Idosos.
2. A utilização do bem concessionado para fim diverso do referido no n.º 1 confere ao concedente o direito de rescindir o contrato de concessão, revertendo, gratuitamente, para a Região Autónoma dos Açores, o bem concessionado, incluindo as benfeitorias nele construídas.
3. Delegar no Secretário Regional da Habitação e Equipamentos os poderes necessários para, em nome e representação da Região Autónoma dos Açores, aprovar a minuta do contrato de concessão e proceder à outorga do mesmo.
4. A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Ponta Delgada, 31 de Janeiro de 2003. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

Quadro: Consultar documento em PDF relativo ao Jornal Oficial I Série Nº 7 de 13-2-2003